



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Mesa Redonda “Políticas Públicas e Cidadania”

INSTRUMENTALIZANDO A ARTICULAÇÃO E A COOPERAÇÃO ENTRE AS ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE BELO HORIZONTE: A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES DE MINAS GERAIS (PROEX/PUC-MINAS)

Lena de Lacerda Godinho

PUC-Minas

Naiane Loureiro dos Santos

PUC-Minas

Carlos Aurélio Pimenta de Faria¹

PUC-Minas

R. D. Prudêncio Gomes 675/101 - Coração Eucarístico. CEP 30.535-580 Belo Horizonte, MG

Telefones: (31) 3375 6621 e 9627 8016

E-mail: lena@pucminas.br

¹ Os autores agradecem a colaboração de Carla Ricardo Campos e Renato Barbosa Fontes, bolsistas do projeto que, com sua dedicação e perspicácia, acabaram se tornando imprescindíveis.

Resumo

Este trabalho apresenta e avalia um projeto de pesquisa e de intervenção em andamento sobre o associativismo civil em Belo Horizonte, além de discutir seus primeiros resultados e os impactos esperados de seus principais produtos, focalizando aspectos da funcionalidade dessas instituições, principalmente no que tange à questão da capacidade/necessidade de construção de parcerias.

Palavras-chave: terceiro setor; sociedade civil; associativismo; gestão pública.

Introdução

O objetivo principal do presente trabalho é apresentar o projeto de pesquisa e intervenção intitulado “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte”, que vem sendo desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Minas Gerais (PROEX/PUC-Minas), discutindo seus primeiros resultados e o impacto esperado de um de seus principais produtos, o “Cadastro das organizações da sociedade civil de BH”. A expectativa é que tal cadastro possa servir de instrumento dinamizador da cooperação horizontal entre as associações da sociedade civil e de facilitador das interações, classificadas como verticais, entre poder público e organizações do chamado Terceiro Setor. Sendo assim, acreditamos que este trabalho, mesmo lidando com uma diversidade muito grande de associações, e não exclusivamente com aquelas que objetivam a promoção e defesa dos direitos das pessoas com necessidades especiais e a provisão de serviços para esse público, mostre-se adequado com perfeição à oitava área temática (8- Atuação Institucional – Gestão do Terceiro Setor) do *III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva*. Isso porque o trabalho focaliza aspectos da funcionalidade dessas instituições e de sua sustentabilidade organizacional, concentrando-se particularmente na questão da capacidade/necessidade de construção de parcerias.

Hoje parece estar sendo questionado o consenso, até há pouco prevalecente, acerca da progressiva densificação do associativismo civil no Brasil e nas demais democracias ocidentais ou, nas palavras de Fontes (1999, p.246), que “fórmulas organizativas calcadas na esfera do mundo da vida estariam sendo fortalecidas”. Se Avritzer (1997), por exemplo, procurou relacionar o incremento do número de associações civis nos países latino-americanos à alteração no padrão da cultura política prevalecente, e se Santos (1993) busca associá-lo ao grande desenvolvimento econômico do País e às amplas transformações da sociedade brasileira desde a década de 1960, Ferreira (1999, p.98) mostra-nos que, apesar de ter sido significativo o crescimento do número de associações no Brasil nas últimas décadas, o seu número de filiados ainda seria muito baixo. Nas palavras deste autor, a “*sociedade brasileira continua desarticulada*”. Robert Putnam, por seu turno, autor responsável pela redinamização do interesse dos pesquisadores pelo associativismo, com a publicação, em 1993, de seu influente livro *Comunidade e Democracia*, tem mostrado em seus trabalhos mais recentes (2000) que há indícios fortes do declínio do capital social nos Estados Unidos e em outros países ocidentais.

No entanto, não são apenas o dinamismo e a amplitude do associativismo civil têm despertado o interesse da comunidade acadêmica e dos atores políticos nestas duas últimas décadas. Tanto a chamada crise fiscal do Estado como a *débâcle* do Estado de bem-estar social, a fragilização da democracia representativa e a avassaladora difusão do receituário neoliberal, entre outros fatores, têm contribuído para a valorização do papel das organizações da sociedade civil não apenas na garantia da reafirmação do vínculo social, mas principalmente como provedoras de bens e serviços sociais.

É importante percebermos as ambíguas motivações que têm levado à revalorização da sociedade civil, enquanto objeto prioritário de análise das ciências sociais e como depositária das esperanças dos autoproclamados reformadores do Estado. Além disso, cabe ressaltarmos que a debilidade dos mecanismos de articulação horizontal, entre as organizações da sociedade civil e a precariedade de sua interlocução com o Estado, importante óbice para a consecução de qualquer uma das duas pretensões (nem tão) concorrentes, quais sejam, a criação de espirais virtuosas a partir do adensamento do capital social e a concretização do processo em curso de “desresponsabilização” do Estado pela provisão pública e por parte da regulação social.

Entretanto, se parece inegável a existência de fatores que concorrem para gerar competição entre as organizações do terceiro setor, notadamente a escassez dos recursos financeiros e o entrelaçamento de ambições políticas antagônicas, há também uma série de iniciativas voltadas para a promoção da cooperação, como, por exemplo, a proliferação de fóruns setoriais e de instâncias que buscam apontar para o terceiro setor seus interesses comuns e zonas de convergência. O projeto que será aqui discutido, além de arquitetar a realização de uma abrangente “radiografia” do associativismo civil em Belo Horizonte, pretende também, como veremos a seguir, organizar e disponibilizar um amplo cadastro dessas associações, de acesso público e sempre atualizado, que possa servir de instrumento para o planejamento e execução de ações conjuntas por parte dessas organizações, sejam elas ações de interesse mais geral, ou setorial, como, por exemplo, relativas aos interesses específicos das pessoas com necessidades especiais. Na primeira parte deste trabalho apresentaremos detalhadamente o projeto em questão, explicitando seus objetivos e sua metodologia. Na segunda parte, alguns de seus resultados preliminares serão avaliados de maneira sucinta, a fim de ressaltar-se potencial do trabalho em andamento.

I. O projeto “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte” da PUC Minas-Observatório das Metrôpoles

O projeto de pesquisa e de intervenção que será apresentado e avaliado aqui vem sendo desenvolvido pelo “Observatório das Metrôpoles – Núcleo Minas Gerais”, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (OM-MG/PUC-Minas). O Observatório acha-se vinculado ao Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX, MCT/CNPq), concentrando-se na realização de investigações e análises, bem como na produção e disponibilização de informações acerca das desigualdades socioespaciais e de questões relacionadas à governança urbana, com o intuito de subsidiar a formulação e de fomentar o monitoramento e a avaliação de políticas sociais e urbanas. O Observatório, que mantém parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, busca, a partir da

disponibilização de informações sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de suas atividades de pesquisa, subsidiar o planejamento e a execução de ações que visem a promover a inclusão social e uma governança urbana mais equitativa. Como centro de referência autônomo, o OM-MG integra a rede denominada “Observatório das Metrôpoles” (<http://www.observatorio.tk>), composta por núcleos de pesquisa situados em onze cidades de dez estados brasileiros.

É neste contexto que se concretizou no Núcleo Minas Gerais do Observatório, em outubro de 2003, o Núcleo de Pesquisa sobre o Associativismo e a Participação Popular, formado hoje por três pesquisadores e dois bolsistas. Em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/RJ), esse grupo deu início ao projeto de **Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil de Belo Horizonte**, com o intuito de estruturar uma linha de trabalho sobre o terceiro setor, afinada com os objetivos principais do OM-MG. O objetivo inicial é coletar, sistematizar e disponibilizar informações sobre a rede de associações civis existente, articulando um sistema de cadastramento das associações que se possa constantemente atualizar, acompanhando o próprio dinamismo do fenômeno associativo. Inicialmente o cadastro abará apenas a associações civis de Belo Horizonte, estando planejada sua ampliação futura para dar conta dos demais municípios da região metropolitana. Muito sinteticamente, é a seguinte a metodologia que vem pautando os trabalhos de coleta de dados: partindo de listagens e cadastros similares organizados por diversas organizações da sociedade civil e da administração municipal, entrevistas são realizadas por telefone para o preenchimento de um questionário com informações que serão disponibilizadas no *site* do Observatório.

O projeto foi dividido em etapas, algumas já concluídas e outras ainda em andamento. São elas: (1) definição de uma tipologia sintética e abrangente das associações da sociedade civil; (2) elaboração do questionário a ser utilizado na coleta dos dados; (3) levantamento das diversas listagens das entidades e associações existentes na cidade; (4) realização das entrevistas por telefone, para a coleta dos dados; (5) criação de um sistema para digitalização das informações coletadas e estruturação de uma página na Internet, de acesso livre, para a disponibilização e atualização dos dados; e (6) divulgação. A seguir apresentaremos cada uma dessas etapas em maiores detalhes.

1. A tipologia das associações da sociedade civil empregada

Categorizar todas as formas de associativismo existentes é uma tarefa bastante difícil, e não apenas devido à sua enorme diversidade. Partindo de um levantamento das tipologias propostas por uma série de estudos e de outras fontes (IBGE, cartilhas, *sites* de ONGs, entre outras), chegou-se à primeira tipologia sintética e abrangente, qual seja: associações comunitárias (de bairro, moradores e favelas), sindicatos (patronais e de trabalhadores), ONGs, filantrópicas e assistenciais, religiosas (igrejas, templos e centros religiosos), lazer e cultura, cooperativas e outros.

Avaliações preliminares realizadas, contudo, indicaram que essa tipologia ainda não era suficiente para abarcar, da melhor maneira possível, as formas de organização encontradas. Foi então definida uma nova categorização, e esta, a despeito das dúvidas, ambigüidades e questionamentos remanescentes, tem sido utilizada na pesquisa. É a seguinte a tipologia empregada:

- a. Associações comunitárias
 - i. Associações de moradores/bairros
 - ii. Associações habitacionais
- b. Organizações trabalhistas
 - i. Sindicatos em geral (trabalhadores e patronal)
 - ii. Associações profissionais/de classe
- c. Cooperativas
- d. Organizações partidárias
 - i. Partidos
 - ii. Agremiações
- e. Entidades desportivas e de lazer
- f. Entidades religiosas
- g. Associações culturais e educacionais

- h. Associações de defesa de direitos e contra a discriminação
 - i. Gênero
 - ii. Raça/etnia
 - iii. Terceira idade
 - iv. Portadores de necessidades especiais
 - v. Orientação sexual
 - vi. Direitos humanos
 - vii. Portadores de doenças
 - viii. Infância e adolescência
- i. Conselhos
- j. Outras

2. O questionário utilizado na coleta dos dados

A elaboração do instrumento de coleta de dados foi pautada pela necessidade de captar, neste primeiro momento do trabalho, que objetiva a elaboração do cadastro, apenas as principais informações sobre as entidades. Após a realização de algumas testagens preliminares, foram definidas as seguintes informações a serem coletadas: nome da entidade, sigla, principal representante no momento da entrevista, endereço da sede, endereço para contato, telefones (fax/celular), *e-mail* e *site*, número de registro (e onde registrada), se está em atividade, ano de fundação e, finalmente, tipo de associação. Para a definição deste último ponto, buscou-se a atividade e/ou objetivo principal desenvolvido pela associação. Nos vários casos de entidades que desenvolvem uma série de outras atividades, foram listadas mais duas, por ordem de importância.

3. O levantamento das listagens de entidades e associações de Belo Horizonte

Feita a opção por contatos telefônicos para a coleta dos dados, iniciou-se a tarefa de “garimpar” todas as listas disponíveis nos mais diversos órgãos e entidades, tanto no

âmbito da administração pública quanto das próprias instituições. Ao todo foram arroladas 41 listagens, oriundas das seguintes fontes:

- a. Interpop (Internet, site gerenciado pela Prefeitura de Belo Horizonte);
- b. Coordenação de gestão das regionais administrativas de Belo Horizonte;
- c. URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte;
- d. Orçamento Participativo de Belo Horizonte;
- e. FIEMG;
- f. Gerência de políticas para o idoso da SMAS/PBH;
- g. Conselhos municipais;
- h. Instituto das Relações de Trabalho/PUC Minas (IRT);
- i. ABONG (Associação Brasileira de ONGs);
- j. Fórum Sociedade Inclusiva/PUC Minas;
- k. Associação de Renda e Emprego (ARE);
- l. FUNDAMIG;
- m. Grupo de Instituições Solidárias (GIS);
- n. Busca de palavras-chave na listagem da Telemar (empresa de telefonia);
- o. Outras listas avulsas

4. Coleta de dados

Iniciada em novembro de 2003 e ainda em curso em abril de 2004, a pesquisa conseguiu cadastrar em torno de 630 entidades, de um total de aproximadamente 1.850 ligações (computadas as vezes em que foi necessário fazer mais de uma ligação para o número disponível). As ligações foram realizadas por dois bolsistas treinados pelos pesquisadores e que, ainda hoje, participam do projeto. Cabe notar, aqui, a desatualização de todas as listagens utilizadas. Para maximizar o potencial de utilização dessas listagens, em abril de

2004 iniciou-se a busca de contato com as entidades mediante a procura de seus números telefônicos nas listagens oficiais, pelo endereço e o próprio nome das entidades.

A equipe de trabalho vem se reunindo de maneira sistemática, desde o início dos trabalhos, para a discussão dos problemas e dúvidas surgidos durante as ligações e o preenchimento do formulário. Têm sido particularmente significativas as dúvidas relativas ao enquadramento das associações nas categorias propostas. São também recorrentes, entre outros, os problemas relativos à variação nos tipos de registro existentes e nas formas de representação das entidades (presidente, colegiado, comissão), sendo comum haver mais de uma associação com o mesmo nome.

Desde o início da pesquisa, tem sido constante a preocupação com a memória do trabalho. Todas as listas localizadas foram devidamente catalogadas, constituindo sua forma de aquisição registrada. Ao final de cada dia de ligações foram feitos registros das listas utilizadas, das ligações realizadas, dos cadastros preenchidos, do nível de desatualização das listas e dos principais problemas encontrados. Esse tipo de metodologia de registro de informações foi fundamental para a construção da memória do projeto como um todo, tendo também subsidiado todo o desenvolvimento dos trabalhos.

Em dezembro de 2003 foi realizada, na PUC Minas, uma reunião informal de trabalho, organizada pelo Observatório das Metrópoles – Núcleo Minas, com a presença de pessoas ligadas ao terceiro setor em Belo Horizonte. Essa reunião teve como objetivo principal apresentar os trabalhos até então realizados e avaliar a metodologia utilizada. Além disso, foi a primeira forma de divulgação do banco de dados em fase de estruturação. Vale ressaltar que, paralelamente ao desenvolvimento desta pesquisa, vêm sendo realizados em Belo Horizonte fóruns sistemáticos do 3º setor – *Fórum Mineiro do 3º setor* – organizados pelo Ministério Público e pela Fundamig, também como uma maneira de preparar o *II Encontro do 3º setor de Minas Gerais*. O Observatório, por intermédio de seu núcleo do Associativismo e Participação Popular, tem participado desses encontros, aproveitando a ocasião para entrar em contato com as pessoas ligadas ao tema da pesquisa e para divulgar o trabalho que vem sendo desenvolvido. Várias das pessoas participantes da reunião informal realizada em dezembro na PUC Minas foram contatadas nesses Fóruns.

5. Criação do sistema de acesso (e de atualização) ao cadastro

O intuito de dar acesso público ao sistema de informações sobre a rede associativa de Belo Horizonte, disponibilizando informações atualizadas, configura-se como um grande desafio. Está em construção um banco de dados amigável, de manuseio simples e acessível via Internet.

Essa fase vem sendo implantada desde o final de 2003. O banco de dados está “alimentado” com as informações coletadas nos 632 questionários preenchidos até aqui, e a página na Internet funcionará sob a forma de um *link* a ser acessado dentro da página do Observatório. Esse programa, criado especialmente para o projeto aqui apresentado, permite ao interessado o acesso às informações das associações como um todo, bem como fazer recortes e cruzamentos entre as variáveis e produzir relatórios estatísticos com as informações disponíveis. Além disso, há a intenção de que, futuramente, o programa possa espacializar a ocorrência das associações em mapas da cidade divididos por setores, regionais ou bairros.

Quanto à atualização do cadastro, a forma pensada foi a do autogerenciamento das informações pelas associações, ou seja, as entidades ficariam responsáveis pelas informações fornecidas na Internet. Para tanto, duas alternativas, ainda em estudo, parecem possíveis: (a) cada associação, quando necessitar se cadastrar ou atualizar os seus dados, preencherá um formulário eletrônico que automaticamente será enviado ao endereço eletrônico do projeto, com as alterações ou a inclusão realizadas pelos técnicos da equipe; ou (b) a criação de um sistema de senha, garantindo a cada entidade o livre acesso a seus dados para alterá-los, ficando apenas o cadastramento inicial sob a responsabilidade da equipe do Observatório.

Neste ponto, pelo menos duas questões importantes se apresentam. A primeira refere-se à segurança do sistema. Em uma alternativa, apesar de se tratar de um cadastro de acesso público, o interessado terá acesso ao mesmo no formato de dados consolidados, não podendo diretamente, de forma alguma, acrescentar ou modificar qualquer informação no sistema. Na outra, só pessoas autorizadas pela coordenação do projeto poderão ter acesso ao sistema de alimentação dos dados.

A segunda questão refere-se à necessidade de despertar o interesse das associações e entidades por seu cadastramento e pela atualização de seus dados. Para tanto, espera-se que seja crucial o fato de o Observatório – por ser um centro de pesquisa e extensão universitária, desenvolvendo atividades em parceria com entidades governamentais e não governamentais – oferecer gratuitamente dos cursos, *workshops* e consultorias, atividades que, como se sabe, são de grande interesse dos movimentos sociais. O *site* do Observatório, além de conter o banco de dados a ser consultado, será o local de divulgação, proposição e inscrição para todas as atividades desenvolvidas pelo Núcleo do Associativismo e Participação Popular, o que, acreditamos, dará incentivo às instituições no sentido de se manterem cadastradas. Ademais, espera-se que o próprio cadastro venha a fomentar e propiciar a articulação das entidades da sociedade civil, servindo de instrumento para a formação de uma diversidade de redes com objetivos mais tópicos e conjunturais e/ou estratégicos.

6. Divulgação

Mesmo antes da conclusão de todas as etapas apresentadas anteriormente, pensa-se em articular a divulgação do projeto de várias maneiras distintas, tais como:

- a. Divulgação por meio de mala direta (carta impressa e/ou e-mail);
- b. Quando das reuniões do Fórum Mineiro do 3º setor;
- c. Através de workshop interno para a comunidade acadêmica da PUC Minas;
- d. Divulgação para a comunidade e para as próprias associações em encontros realizados em cada uma das nove regionais administrativas de Belo Horizonte. Nesses encontros serão tratados temas como a importância do projeto para a sociedade civil organizada, a forma de acesso e de utilização do sistema de informações, a oferta de workshops e cursos correlatos, entre outros. Note-se que o objetivo dessa forma de divulgação também é despertar o interesse das associações e entidades pelo projeto.
- e. Lançamento oficial da página eletrônica do projeto no *II Encontro do 3º setor de Minas Gerais* (junho de 2004).

II. Análise preliminar do perfil das entidades cadastradas

Os dados que apresentaremos nesta parte do artigo foram coletados no segundo semestre de 2003 e nos quatro primeiros meses do ano seguinte. Trata-se de resultados parciais, uma vez que, como já mencionado, a pesquisa ainda não se concluiu.. É importante destacarmos aqui, ainda, algumas das implicações da metodologia utilizada no mapeamento das associações da sociedade civil de Belo Horizonte sobre a possibilidade de generalização de seus resultados. Uma vez que não se trata de um recenseamento dessas entidades – tal empreendimento exigiria recursos muito superiores aos disponíveis – torna-se essencial explicitarmos algumas das limitações dos dados aqui discutidos. Por mais exaustivos que tenham sido os esforços de localização de listagens e de rastreamento das entidades nelas arroladas, devemos reconhecer que um número não ponderável dessas organizações permanecerá obscurecido. Talvez seja razoável supormos, contudo, que esse universo não mapeado seja constituído por associações que compartilhem, em alguma medida, as seguintes características: pequena abrangência e visibilidade social, maior grau de informalidade em seus vínculos internos, menor impacto de sua atuação e, por fim, mas não menos importante, entidades constituídas em períodos mais recentes. Dito isso, cabe ressaltarmos, uma vez mais, que qualquer dedução a partir dos dados aqui apresentados deve ser feita com cuidado.

Como afirmado anteriormente, foram levantados os seguintes dados: nome das entidades, sigla, endereço, nome de seus representantes, endereço para contato dos mesmos, telefone, *e-mail*, fax, regionais correspondentes, *site*, se estão em atividade, número de registro, onde estão registradas, ano de fundação das entidades, principal função, outras funções.

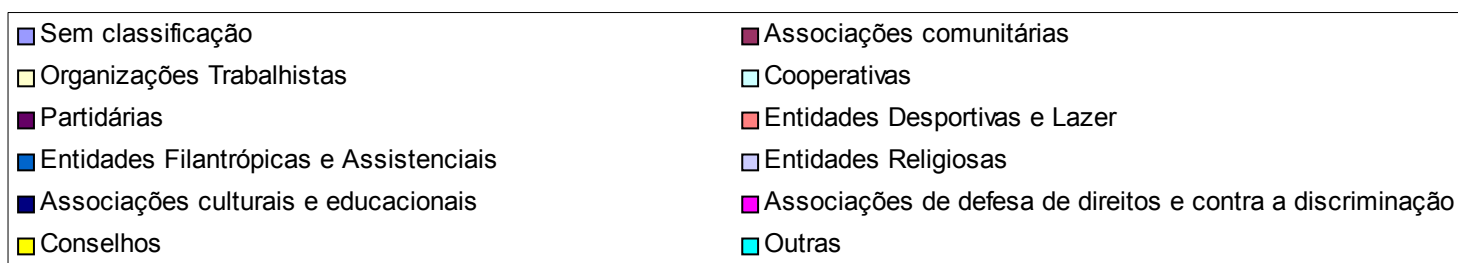
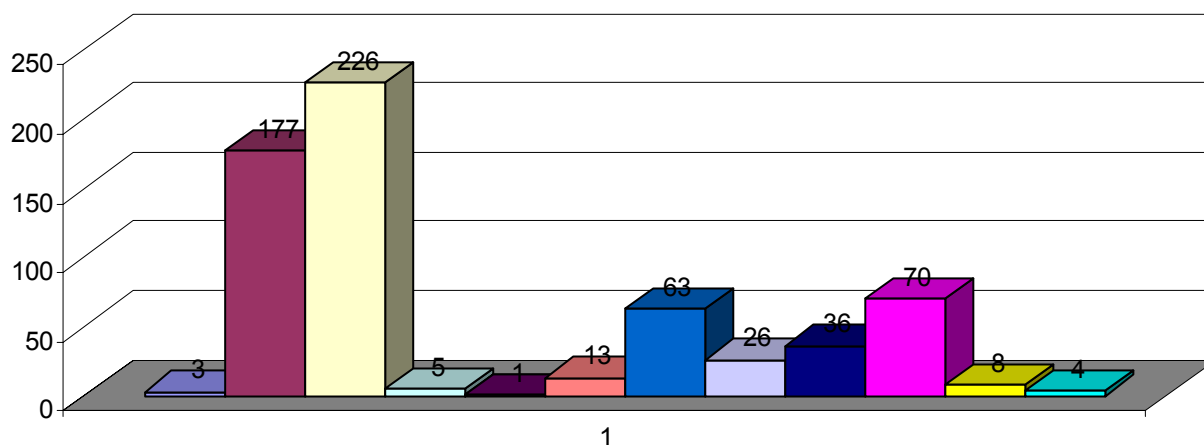
O Quadro 1 e a Figura 1, a seguir, apresentam a distribuição das 632 associações da sociedade civil de Belo Horizonte já cadastradas segundo a categorização adotada:

Quadro 1 - Tipo de Entidade

Tipo	Nº	%
Associações Comunitárias	177	28,0
Organizações Trabalhistas	226	35,8
Cooperativas	5	0,8
Partidárias	1	0,2
Entidades Desportivas e de Lazer	13	2,1
Entidades Filantrópicas e Assistenciais	63	10,0
Entidades Religiosas	26	4,1
Associações Culturais e Educacionais	36	5,7
Associações de Defesa de Direitos e Contra a Discriminação	70	11,1
Conselhos	8	1,3
Outras	4	0,6
Sem classificação	3	0,5
Total	632	100,0

Fonte: OM/MG – PROEX/PUC Minas (Pesquisa: “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte” – 2003/2004).

Figura 1 – Tipo de Entidade



Fonte: OM/MG – PROEX/PUC Minas (Pesquisa “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte” – 2003/2004).

Percebe-se que o segmento mais numeroso das entidades cadastradas é composto por Organizações Trabalhistas, representando 35,8% do total. O segundo maior grupo é o das Associações Comunitárias, representando 28,0% do total, e o terceiro é o das Associações de Defesa de Direitos e Contra a Discriminação (11,1%).

Das 632 entidades, 103 (28,4%) afirmaram exercer outras funções ou admitiram outra caracterização além daquela considerada a principal. Nesses casos, a alternativa mais marcada foi Associação Filantrópica e Assistencial (25 ocorrências).

As entidades que atendem pessoas com necessidades especiais estão classificadas nas seguintes categorias: a maioria delas é de Associações de Defesa de Direitos e Contra a Discriminação; em segundo lugar, Entidades Filantrópicas e Assistenciais; em terceiro, Entidades Culturais e Educacionais e, por último, Religiosas.

O ano de fundação das entidades pesquisadas varia entre 1901 e 2003, mas a maioria delas foi fundada nas décadas de 80 e 90.

Em relação à localização das entidades, os três locais que concentram o maior número de associações são: Centro, Barro Preto e Funcionários, todos da regional Centro-Sul. Como é nessa regional que se concentra a oferta de serviços públicos na cidade, tal dado parece, ponderada a questão da densidade populacional, e na contramão do que é usualmente afirmado na literatura específica, sugerir que as associações não se constituem principalmente nas regiões (e nas questões) não priorizadas pelo Estado.

Ante a pergunta se a entidade estava ou não em atividade, 96,2% delas disseram que sim, enquanto apenas 3,8% disseram que não estão funcionando. Veja-se o Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Entidades que estão em atividade

Está em atividade	Nº	%
Sim	608	96,2
Não	24	3,8
Total	632	100,0

Fonte: OM/MG – PROEX/PUC Minas (Pesquisa “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte” – 2003/2004).

O Quadro 3 mostra que, das entidades entrevistadas, 72,3% forneceram informação sobre algum tipo de registro. A maioria delas possui registro em cartório, sendo que 27,7% não têm registro, não quiseram informar ou desconhecem sua existência.

Quadro 3 – Entidades que possuem alguma forma de registro

Possui algum registro	Nº	%
Sim	457	72,3
Não	164	25,9
Não sabe	7	1,1
Não informou	4	0,6
Total	632	100,0

Fonte: OM/MG – PROEX/PUC Minas (Pesquisa “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte” – 2003/2004).

Nota-se no Quadro 4, abaixo, que a maioria das associações não possui *site*. Somente 22,15% dizem possuir espaço próprio na Internet. Tais cifras mostram-se surpreendentemente baixas, em especial quando se recorda que há evidências consistentes de que as entidades catalogadas tendem a ser aquelas de atuação mais abrangente e de mais ampla visibilidade, e que há uma tendência, não comprovada na empiria, a se considerar como muito disseminado o acesso à Internet.

Quadro 4 – Entidades que possuem site

Possui site	Nº	%
Não	492	77,80
Sim	140	22,15
Total	632	100,0

Fonte: OM/MG – PROEX/PUC Minas (Pesquisa “Mapeamento e Caracterização do Associativismo Civil em Belo Horizonte” – 2003/2004).

Questões como esta, associada à percepção das dificuldades que as organizações da sociedade civil têm de ação concertada (recorde-se, por exemplo, a relativa precariedade e a baixa freqüência a atividades como aquelas promovidas pelo Fórum Mineiro do Terceiro Setor) e à parcialidade e desatualização de todas as muitas listagens de organizações consultadas para a realização da presente investigação, apenas evidenciam o elevado grau de atomização dessas associações. Tal atomização parece, sem dúvida, explicada pela própria heterogeneidade que caracteriza esse universo, marcada pela diversidade de objetivos, de critérios e capacidade de recrutamento, de capacidade financeira, de projeção social, de localização espacial, entre outros fatores. No entanto, se vários fatores concorrem para acirrar a competição interorganizacional, e aqui a busca por recursos e por prestígio parece ser uma questão crucial, talvez se mostre pertinente imaginarmos que um dos empecilhos à ação concertada das organizações da sociedade civil brasileira seja precisamente o desconhecimento recíproco. Questões como essa parecem evidenciar o potencial de instrumentos como este que o projeto aqui apresentado pretende franquear à sociedade. Ademais, torna-se também patente o tipo de conhecimento que o aprofundamento da pesquisa pode produzir acerca de um universo ainda tão desconhecido, numa densidade que tem sido pensada, na esteira do trabalho capitaneado por Putnam (1996), como central para a constituição de democracias saudáveis e de governos eficientes.

BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, Nº. 39, pp.149-174, 1997.

FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.14, Nº. 41, pp.90-102, 1999.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais associações voluntárias. *Caderno CRH*, Nº. 30/31, pp.239-264, 1999.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

_____. *Bowling alone: the collapse and revival of the American Community*. New York, Simon & Schtulmann, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.